

VICTOR SOUZA

PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA
CONFIANÇA
no Direito Previdenciário

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	15
INTRODUÇÃO.....	23
Capítulo 1 – PREMISSAS ESTRUTURAIS E REFERENCIAIS HISTÓRICOS	29
1.1 - Breve panorama estrutural do direito previdenciário brasileiro. Concessões e revisões de benefícios.....	29
1.2 - Síntese histórica do direito previdenciário brasileiro	35
Capítulo 2 – BASE EMPÍRICA: A REALIDADE SOCIOLÓGICA DA DESCONFIANÇA.....	41
2.1 - A desconfiança individualizada proveniente do Estado-Administração	44
2.1.1 - A acumulação de aposentadoria e auxílio-acidente.....	44
2.1.2 - O recebimento de pensão por morte sem divisão com outros dependentes que possuam o mesmo direito	49
2.1.3 - Descontos em pensão por morte decorrente de benefício anterior irregular ...	53
2.1.4 - A suspensão de uma aposentadoria supostamente irregular, sem aferir o culpado pela irregularidade e o direito a outro benefício	54
2.2 - A desconfiança, individualizada e desigualadora, proveniente do Estado-Juiz.....	57
2.2.1 - A obtenção da revisão judicial para inclusão de novos salários de contribuição, posteriores ao ato de concessão da aposentadoria (desaposentação)..	57
2.2.2 - A revogação de tutela antecipada de benefício previdenciário e a devolução dos valores recebidos	66
2.3 - A desconfiança desigualadora proveniente do Estado-Legislator	70
2.3.1 - A aplicação do princípio <i>tempus regit actum</i> nas causas previdenciárias, pelo Poder Judiciário, e a isonomia entre os cidadãos.....	70
2.3.2 - As medidas provisórias em direito previdenciário.....	79
2.3.3 - A primeira Reforma da Previdência: a EC 20/98 e seus consectários.....	86
2.3.4 - A proposta mais recente de Reforma da Previdência (PEC 287 - A/2016) ..	106
Capítulo 3 – BASE CRONOLÓGICA: A CONFIANÇA E O TEMPO DOS ATOS	117
3.1 - Irretroatividade.....	117
3.2 - Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada	121

3.3 - Prescrição e decadência	133
3.4 - A insuficiência das atuais medidas objetivas de proteção da eficácia de atos jurídicos em face do tempo	137
Capítulo 4 – BASE DESCRITIVA: OS CONTORNOS DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA	139
4.1 - Introdução. Origens. Definição e finalidades do princípio	139
4.2 - Condições para aplicação do princípio da proteção da confiança.....	146
4.3 - Beneficiários da aplicação do princípio da proteção da confiança: pessoas físicas, jurídicas e coletividades.....	154
4.4 - Estado de Direito, segurança jurídica e confiança	160
4.5 - Legalidade e democracia. Confiança e relações simétricas.....	162
4.6 - Juridicidade, igualdade e confiança	169
4.7 - Boa-fé objetiva, <i>venire contra factum proprium</i> , atos próprios e proteção da confiança	174
4.8 - Efetivação do princípio da proteção da confiança	177
Capítulo 5 – BASE NORMATIVA: O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DA CONFIANÇA NO DIREITO POSITIVO MODERNO.....	185
5.1 - O novo CPC, a jurisprudência do STF e do STJ e o princípio da proteção da confiança em relação a atos jurisdicionais	187
5.2 - A proteção da confiança do novo CPC e seus reflexos nos atos e processos administrativos	199
5.3 - A proteção da confiança na União Europeia e o transconstitucionalismo	206
Capítulo 6 – BASE PROGNÓSTICA: A PROMOÇÃO DA CONFIANÇA	221
6.1 - Promoção subjetiva da confiança. Igualdade e direitos fundamentais processuais...	224
6.2 - Promoção objetiva da confiança. Publicidade, participação e direito de acesso à informação	226
6.3 - Confiança e acesso ao ato jurisdicional	230
6.3.1 - Acesso ao ato jurisdicional pela maior autocontenção de posturas normatizantes.....	230
6.3.2 - Acesso ao ato jurisdicional por meio da maior participação do jurisdicionado nos atos do processo	238
6.3.3 - Acesso ao ato jurisdicional por meio da coletivização das demandas	242
6.4 - Confiança e acesso ao ato administrativo	247
6.4.1 - Acesso ao ato administrativo por meio do processo administrativo	247
6.4.2 - Acesso ao ato administrativo pela oralidade e pelo processo eletrônico.....	252
6.5 - Confiança e acesso ao ato legislativo	256

Capítulo 7 – PROPOSIÇÕES CONCLUSIVAS: O FUTURO DA SEGURANÇA JURÍDICA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	261
7.1 - Avaliação do comportamento subjetivo do interessado (boa-fé X má-fé) e preservação do ato estatal	266
7.2 - A modulação dos efeitos das alterações de entendimento estatais	269
7.3 - Regras de transição prospectivas.....	279
7.4 - Regras de transição retroativas.....	288
7.5 - Do autoritarismo ao acesso, da proteção à promoção, da autarquia à agência.....	295
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	299
REFERÊNCIAS.....	307
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	315
Anexo – JURISPRUDÊNCIA SOBRE CONFIANÇA	317
Apêndice – O FUTURO DA PREVIDÊNCIA E DE SUA(S) REFORMA(S)	377